

Protesto contra o OE2021 / Educação **(Assembleia da República, 29 de outubro de 2020)**

Intervenção de Mário Nogueira, Secretário-geral da FENPROF

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção dos colegas presentes para as recomendações de segurança sanitária que nos chegaram, deixando, aqui, um elogio à autoridade de saúde pública que nos contactou, lamentando, apenas, que as regras que nos enviaram – que agradecemos e que aplaudimos – não sejam as adotadas em espaços fechados, como as salas de aula, parecendo reinar sobre as escolas um pacto de silêncio firmado entre políticos, autoridade de saúde e boa parte da comunidade científica.

Nós também não queremos que as escolas encerrem, mas é por isso que não queremos que sobre elas paire o silêncio e só venha a conhecer-se exatamente qual a situação quando a notícia for o encerramento de muitas. Não pode imperar um clima em que o medo deixe de ser do vírus, para ser do poder, seja ele local ou de nível superior, levando a que nos cheguem cada vez mais informações com pedido de anonimato. O que combate o alarmismo é a transparência; o que combate o boato é a informação; o que combate o medo é o conhecimento; o que combate a insegurança é o esclarecimento e a divulgação da situação na sua globalidade; o que combate a confusão é a existência de um protocolo claro que faça corresponder medidas semelhantes a situações idênticas.

Mas estamos aqui hoje, primeiro dia do debate na especialidade do OE para 2021, para protestar. Protestar por este OE, que entra agora na discussão de especialidade, não ser aquele que o país precisa e à Educação faz falta, o que, aliás, é confirmado pelo facto de só o partido do governo o ter votado favoravelmente.

Amanhã estará no Parlamento o ministro da Educação, como está hoje o da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, para defender o orçamento para a Educação, o que, convenhamos, vai exigir uma enorme criatividade. Espera-se, desse ato criativo, que seja esclarecido aquilo que no OE para 2021, no que à Educação diz respeito, aparece esfumado. Por exemplo:

- Qual a razão por que, desta vez, os fundos europeus, no valor de 553,5 milhões de euros, são incluídos no orçamento para a Educação? Para que não se note a quebra de mais de 80 milhões de euros em financiamento nacional?

- O ministro da Educação concorda com o teor da declaração que subscreveu no passado dia 22, recomendando aos governos que disponibilizem verbas no valor de 4 a 6% do PIB para a Educação? Está ali contida alguma crítica ao governo de Portugal e ao seu ministro para a Educação por, desde

que assumiu responsabilidade governativa, esse valor ter baixado de 3,8 para 3,4% ou, se apenas considerarmos o financiamento nacional, 3,2% do PIB no próximo ano?

- Concorda o ministro, como refere aquela declaração, que a Educação deve contar com 15 a 20% da despesa pública? Como se explica que em Portugal não vá além dos 13,1% no orçamento de 2021?

- Qual o engenho que permite aumentar 3000 assistentes operacionais, 3300 docentes e ainda assistentes administrativos e técnicos especializados nas escolas, reduzindo a despesa com recursos humanos em 3,3 milhões de euros? Será a esta habilidade que o ministro da Educação chama “investir mais e melhor”?

- Que medidas concretas estão na calha para garantir o rejuvenescimento da profissão docente? A pré-reforma para os quase 50 000 com mais de 55 anos?

- E quais as medidas para atrair os jovens para a profissão? E para superar a falta de professores não só daqui a uns anos, prevendo-se que cerca de 16 000 se aposentem nos próximos 4 anos, mas de imediato, face à falta de professores em muitas escolas?

- Como prevê o ministério promover a estabilidade de emprego dos docentes se, apesar da elevada taxa de precariedade no setor, que atinge 17,6%, não se preveem medidas que lhe deem combate?

- Como vai ser resolvido o problema do *sobretabalho* dos professores que, ao muito trabalho que já tinham, veem agora somadas as horas de atividade a distância para alunos que se encontram em isolamento ou quarentena, são chamados para cada vez mais reuniões, têm de andar de escola em escola na atividade de avaliação externa do desempenho dos seus colegas ou são chamados para um crescente número de horas de formação, seja de âmbito geral sobre inclusão, flexibilidade curricular ou digitalização ou de outros específicos das suas escolas?

Esta são perguntas que esperamos ver amanhã respondidas, apesar não podermos estar presentes na audição, como pretendíamos, devido às normas de segurança sanitária que vigoram.

A proposta de Orçamento do Estado para 2021 não valoriza a Educação, que se mantém na rota decrescente em que mergulhou na última década, **e esquece os professores**, passando ao lado das suas legítimas reivindicações em defesa da carreira, da estabilidade de emprego e profissional, das condições de trabalho ou da aposentação, aspetos essenciais para que a profissão seja respeitada, se valorize e torne atrativa.

É um Orçamento que não apresenta soluções para problemas como o envelhecimento dos docentes e insiste em caminhos que são errados, como o da municipalização ou da crescente dependência de fundos comunitários, para onde se transferem responsabilidades que deverão ser assumidas pelo financiamento nacional.

É omissa em relação a medidas que não deveriam continuar a ser adiadas, como sejam a reorganização da rede, com a eliminação dos mega-agrupamentos, ou a recuperação da gestão democrática das escolas. E em relação a medidas apresentadas, a proposta de OE2021 está aquém do que se exige e esperava. É disso exemplo a ausência de uma resposta efetivamente pública de creches ou o alargamento da rede de jardins de infância do Ministério da Educação, limitando-se o texto a continuar a aguardar por um estudo que já se previa o ano passado.

Face a esta proposta de Orçamento do Estado, que, como anteriores, trata mal a Educação, a FENPROF não poderá deixar de propor alternativas, que continuará a apresentar aos grupos parlamentares, como não poderá deixar de lutar, seja agora, enquanto o debate decorrer, seja depois, independentemente daquele que for a decisão que resulte da votação final global. Estamos certos que à aprovação na generalidade se seguirá uma dura negociação e que nesta a Escola Pública e os seus profissionais não irão ficar de fora.

Dizer também que a FENPROF não deixará de pressionar o Ministério da Educação para que seja promovido o diálogo e respeitada a negociação. Sabemos das dificuldades que encontraremos diante de **uma equipa ministerial que se fechou no casulo da arrogância e bloqueou a negociação**. Mas não daremos tréguas a quem vive na ilegalidade, por isso iniciámos a greve ao sobretrabalho, há dois dias, para combater os abusos e ilegalidades nos horários de trabalho; está em vias de entrar em tribunal uma ação que visa obrigar o governo a respeitar o direito das organizações sindicais a intervir e ser informadas em matéria relativa à segurança e saúde no trabalho; estamos a ultimar uma iniciativa jurídica que obrigue o ministério da Educação a respeitar os preceitos legais sobre negociação coletiva previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, dando seguimento aos processos negociais que iniciámos no passado dia 8 de outubro; mantemos viva a expectativa de, muito em breve, começarmos a obter respostas favoráveis às ações que correm nos tribunais, destinadas a resolver o problema das ultrapassagens na carreira.

Mas a ação da FENPROF não se limita ao recurso aos tribunais. Faz-se de propostas e depois das que entregámos no Ministério da Educação em 8 de outubro (sobre carreiras, aposentação, concursos e promoção da estabilidade de emprego, condições de trabalho, incluindo horários), iremos aprovar na próxima semana uma proposta concreta, que também entregaremos no ministério e aos grupos parlamentares, para dar resposta imediata (ontem ao final da tarde eram divulgados mais de 580 horários por preencher), mas também a médio e longo prazo, à falta de professores qualificados. Não podemos deixar abrir portas a soluções desqualificadas ou de ainda maior envelhecimento do corpo docente das escolas.

A ação da FENPROF também se faz de luta. A luta que nos trouxe aqui hoje, que nos levará, em 10 de novembro, à porta da Câmara Municipal de Coimbra para lançar publicamente uma petição contra a municipalização da Educação, que juntará os professores à luta mais geral dos trabalhadores da Administração Pública no próximo dia 13 de novembro ou à que já está a permitir que muitos professores cumpram o horário de trabalho estabelecido na lei, bastando para tal terem aderido à greve ao *sobretrabalho*. E, claro, não descartamos outras ações. E não necessariamente de natureza mais simbólica, como a de hoje, se o ministério da Educação mantiver bloqueados o diálogo e a negociação.

O futuro, neste momento, ainda não é previsível, relativamente à evolução da situação epidemiológica. Contudo, sejam quais forem as medidas de contenção que venham a ser tomadas, há uma certeza que temos: os direitos dos professores não podem ser postos em causa e quanto a condições de trabalho, neste contexto, temos a obrigação de ser ainda mais exigentes. É o que faremos, podendo os professores estar certos de que a FENPROF assumirá todas as suas responsabilidades. A ONU, a UNESCO, a OIT, a UNICEF e a Internacional de Educação, nas últimas semanas, apelaram aos governos que, ainda mais neste contexto, reforcem o financiamento da Educação sublinhando que isso não pode ser feito amanhã, devendo acontecer hoje. A

Internacional de Educação apelou aos sindicatos que dessem voz a essa exigência e a FENPROF está aqui hoje para dar voz que irá manter forte porque a exigência é justa.

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF